



Pensar a Cidade

Bruna Suptitz
contato@pensaracidade.com

Adaptação e mitigação climática ganham espaço no planejamento

Conceitos estarão cada vez mais incorporados no rol das políticas urbanas

Pensar global, agir local. Das mais de três décadas que se passaram desde que este conceito passou a ser difundido, justamente nos contextos ambiental e climático, nunca fez tanto sentido quanto o momento em que estamos, frente a uma sequência de impactos climáticos intensos e assustadores. Entender que para a natureza não existe fronteira e que não existe "lá fora" ou "planeta B" é o ponto de partida para a formação de consciência e, a

partir disso, da transformação necessária rumo à preservação ambiental e manutenção das condições de vida do planeta.

Passada a Conferência do Clima no Brasil (COP30), que trouxe para o debate público o tema do aquecimento global e suas consequências, e após o primeiro ano da maior tragédia climática que já atingiu o Rio Grande do Sul, novos conceitos (embora conhecidos de longa data por ativistas ambientais) passaram a compor o discurso das autoridades de todas as esferas: mitigação e adaptação.

No contexto do aquecimento global, a mitigação vem antes: é o primeiro passo a ser dado por

governos, empresas e sociedade para reduzir ou prevenir e até zelar as emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera. Também remete à ideia de evitar danos. A organização Centro Brasil no Clima define que as ações de mitigação atuam no sentido de reduzir o risco climático pela redução do perigo - no caso, a redução de emissões dos gases de efeito estufa, diminuindo, assim, a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos.

Já a adaptação, na definição da mesma organização, refere-se a ajustes em sistemas naturais ou humanos frente a estímulos climáticos, atuais ou esperados

no futuro, e seus efeitos. No caso das cidades, precisará considerar a existência de edificações, infraestrutura urbana e os espaços habitados. A adaptação, aliada à resiliência, busca reduzir os potenciais efeitos das mudanças climáticas sobre as comunidades e seus bens. Ou seja, se adapta às condições extremas do clima já conhecidas e prepara o terreno para as que estão por vir.

Mitigação é um esforço coletivo. A real adaptação é a soma das ações locais. A sociedade cabe acompanhar e cobrar coerência entre o desenvolvimento urbano que garanta um futuro seguro para todos.



Nova ponte da ERS-130 sobre o Rio Forqueta, que liga Lajeado e Arroio do Meio, é cinco metros mais alta que a antiga, exemplo de adaptação à condição climática

Planos com base nos cursos d'água

Entender e respeitar a natureza é a melhor forma de conviver com ela. Por décadas, até séculos, o planejamento das cidades optou por ditar aos rios o rumo que deveriam tomar. Hoje há outra compreensão: respeitar o curso natural das águas, deixar fluir, entender seu espaço. O "room for the river", ou "sala para o rio", é o nome de um programa adotado pelos Países Baixos que dá espaço para as águas fluviais e marítimas ocuparem durante períodos de cheia e de muita chuva. No lugar de barreiras, os diques, ou somado a eles, esse "fazer sala" para as águas visitantes evita o acúmulo em áreas habitadas, criação de animais, plantações. Assim, se protegem vidas e se preserva a estrutura construída e a economia.

Conviver com a natureza, ao invés de brigar com ela, é um exemplo reconhecido e que inspira propostas de políticas públicas locais. Foi mencionado pelo governador Eduardo Leite na apresentação do Projeto RioS, iniciativa que em 2026 vai mapear a Região Hidrográfica do Guaíba, formada por nove bacias e abrangendo 252 dos 497 municípios gaúchos. Até o início de 2027, o governo espera ter um diagnóstico espacial-ambiental e urbanístico das águas que banham mais da metade dos municípios e um terço da área do Rio Grande do Sul. Após este diagnóstico, Leite espera que o modelo seja expandido para outras duas bacias identificadas no Estado e se torne referência para o restante do País.

Planeta urbano

Cerca de 80% da população mundial vive em cidades em 2025. O dado é do projeto Global Human Settlement Layer, iniciativa da União Europeia, do Banco Mundial e de agências da Organização das Nações Unidas como a ONU-Habitat e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Para o cálculo, são consideradas cidades que possuem pelo menos 150 mil habitantes, o que representa 45% da população. Conforme o mesmo parâmetro, são vilas ou cidades menores as que possuem a partir de 5 mil habitantes, até o limite 150 mil - estas concentram

outros 35% da população global. Localidades com menos de 5 mil habitantes, muitas das quais também são consideradas cidades no Brasil, são chamadas de aldeia na classificação internacional. A definição tem como objetivo padronizar informações e assim facilitar a comparação entre localidades distintas ao redor do mundo. A medição combina imagens de satélite de alta resolução com dados censitários nacionais para obter estimativas de cidades, vilas e aldeias. Os dados citados são atualizados e correspondem ao anos de 2024.

Novos Planos Diretores em 2026

Conforme o Estatuto da Cidade, lei federal que regulamenta o capítulo urbano da Constituição, o Plano Diretor Municipal deve abranger toda área urbana da cidade e ser revisado pelo menos a cada 10 anos. A lei que institui as regras de planejamento e construção é obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes, mas pode ser exigida para as incluídas no cadastro nacional de municípios com áreas de risco.

» Porto Alegre

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre foi aprovado pela Câmara Municipal em 1999 e a sua primeira revisão geral foi votada em 2009.

Desde 2019, a prefeitura conduz um processo que foi inicialmente classificado como revisão, mas chegou ao Legislativo em setembro deste ano como um novo Plano Diretor para a Capital. A proposta do Executivo divide a atual lei em duas: o Plano Diretor Urbano Sustentável e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. O debate das duas propostas já teve início na Câmara neste fim de ano, mas sem entrar no mérito das propostas. A votação será retomada na volta do recesso parlamentar, em fevereiro de 2026. A expectativa é que os projetos sejam votados no primeiro semestre, para fugir do calendário das eleições gerais.

» Vale do Taquari

Em nove meses, entre 2023 e 2024, os municípios da região do Vale do Taquari foram severamente atingidos por três eventos climáticos extremos. Em algumas localidades, a estrutura urbana, casas e equipamentos comunitários foram completamente destruídos. Para que a reconstrução considere os riscos implicados, a decisão estratégica do governo do Estado foi por revisar ou elaborar Planos Diretores nas cidades mais impactadas. São elas: Mucum, Arroio do Meio, Encantado, Cruzeiro do Sul, Estrela, Colinas e Roca Sales.

Juntamente com o debate sobre o planejamento, está em elaboração o Zoneamento de Risco. O projeto é desenvolvido em parceria com a Universidade do Vale do Taquari (Univates) e as entregas estão previstas para ocorrer em 2026.